INTERESSADO: José Manuel de Aguiar Nolasco da Silva
ASSUNTO : Equivalência de estudos realizados no exterior
RELATOR : Conselheiro Arnaldo Laurindo

III-DECISÃO DA CÂMARA

PARECER CEE nº 1790/75, CSG, Aprov. em 25/06/75, Comunicado ao
Pleno em 02/07/75

A CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU adota como seu Parecer o voto do Relator.

I - RELATÓRIO

Presentes os nobres Conselheiros: ALFREDO GOMES, ARNALDO LAURINDO, ERASMO DE FREITAS NUZZI, JOSÉ AUGUSTO DIAS, JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR, PE. LIONEL CORBEIL.

1. HISTÓRICO: José Manuel de Aguiar Nolasco da Silva, filho de Mário de Lourdes Humberto Nolasco da Silva e de D. Marília de Matos Strecht de Aguiar Nolasco da Silva, Passaporte nº 1945/1970, nascido aos 15 de agosto de 1954, residente e domiciliado em São Paulo, na rua Prof. Artur Ramos nº 250, apto 111, requer a este Conselho o reconhecimento de equivalência de estudos realizados no exterior ao nível de conclusão do segundo grau, para fins de prosseguimento de vida escolar.

Sala da Câmara do Segundo grau, em 25 de junho de 1975

a) Conselheiro JOSÉ AUGUSTO DIAS - Vice-Presidente
no exercício da Presidência

Após a conclusão do curso primário, com 4 séries, fez o curso de 1º ciclo, com 2 séries, no Liceu Normal de Salvador Correia, em Luanda, Angola, Portugal.

Em continuação, concluiu 3 séries do 2º ciclo, no Liceu Nacional, de Salvador Correia, em Luanda, Angola, Portugal.

A seguir, concluiu 2 séries, do 3º ciclo, no Liceu Normal de Salvador Correia, em Luanda, Angola, Portugal.

2. APRECIÇÃO: O pedido encontra apoio no artigo 100 da Lei federal nº 4024, de 20 de dezembro de 1961, bem como em jurisprudência deste Conselho em casos semelhantes.

O processo está instruído de acordo com as exigências da Resolução CEE nº 19/65.

II - CONCLUSÃO

À vista do exposto, votamos favoravelmente ao reconhecimento da equivalência dos estudos realizados, em Angola, por José Manuel de Aguiar Nolasco da Silva, ao nível de conclusão do segundo grau, do sistema brasileiro de ensino, mediante exames especiais a que deverá submeter-se de Geografia do Brasil, História do Brasil, Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil, cabendo ao estabelecimento, em que os prestar e for aprovado, expedir o respectivo certificado de conclusão.

São Paulo, 25 de junho de 1975

a) Conselheiro ARNALDO LAURINDO - Relator.